

A ÉTICA EVOLUCIONISTA DE MICHAEL RUSE

MARIANA MARQUES BURKLE¹; JULIANO SANTOS DO CARMO²

¹Universidade Federal de Pelotas – mariana.burkle@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – juliano.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Michael Ruse é um dos principais autores do século XX a ressaltar a importância da biologia para a filosofia, trazendo as questões discutidas no campo da biologia como essenciais à discussão filosófica. No presente trabalho, investigaremos a reformulação realizada por Ruse da ética evolucionista “clássica”, proposta por Spencer. Este tipo de teoria foi considerado completamente insuficiente teoricamente, e descartado do debate filosófico, inibindo a possibilidade de naturalização da ética. Posto isso, no presente trabalho, pontuaremos quatro críticas principais que podem ser sistematizadas e direcionadas a este tipo de teoria spenceriana a partir dos trabalhos de Ruse. Após, mostraremos como a reformulação contemporânea da ética evolucionista de Ruse consegue superar todos os principais desafios propostos à ética evolucionista “clássica”, se tornando uma teoria ética bem fundamentada e reestabelecendo o projeto de naturalização da ética no debate contemporâneo.

Na proposta teórica da ética evolucionista “clássica”, houve uma tentativa de estabelecer que “a única filosofia moral verdadeira é a que está solidamente alicerçada na teoria da evolução.” (RUSE, 1988). Esta concepção considera que o processo biológico da evolução é capaz de gerar valor por si mesmo. Logo, o conteúdo das prescrições morais no âmbito normativo deve ser derivado do processo de seleção natural. Em outras palavras, “[...] tudo o que evoluiu é bom, sendo nossa obrigação moral promover e ajudar as obras da Natureza conforme elas se manifestam através da teoria evolucionária.” (RUSE, 1983, p.229).

Esta concepção considera que a evolução possui um fim teleológico, a partir da ideia de progresso. Logo, os seres humanos possuem o “dever” de promover a evolução. Pois, seguindo o rumo da seleção natural, os seres humanos estariam inseridos em uma escala de progresso moral. O processo da seleção natural é compreendido como guiado por um mecanismo: mais organismos nascem do que podem sobreviver e reproduzir, levando à competição, e os vencedores de tal competição são “naturalmente selecionados”. Sendo assim, progredimos e evoluímos do mais simples ao mais complexo, de amebas a seres humanos, selecionando apenas os “vencedores” da luta pela sobrevivência evolucionista. Promover o processo de evolução parece, portanto, ser algo moral, pois nos levou, conforme Spencer (1852) “de selvagens a cidadãos ingleses”, ou seja, promoveu relações sociais cada vez mais complexas e benéficas.

No entanto, promover a evolução supostamente implica na exclusão dos fracos e doentes para a conservação dos mais fortes, sendo estes os mais adaptáveis evolucionistamente. A visão evolucionista da moralidade parece assim promover “cretinos” em ética (RUSE, 1986, p. 96). Consideramos que esta é a primeira crítica direcionada por Ruse à visão “clássica”. Se a visão de ética evolucionista tradicional parece promover “cretinos” em ética, então esta visão conflita com o senso comum. Pois, normalmente é aceito que uma teoria ética deve gerar pessoas moralmente engajadas, e não “cretinos”. Consideramos que esta é

a segunda crítica que pode ser considerada como desenvolvida por Ruse para a visão “clássica”. Em outras palavras,

[...] quando uma pessoa propõe uma teoria ética, ela tem de apresentar algumas razões pelas quais deveríamos aceitá-la por exemplo, que a teoria está de acordo com a decência comum e que talvez sistematize e torne mais explícitas nossas crenças. (RUSE, 1983, p.231)

Além da concepção da promoção de “cretinos” em ética, a visão “clássica” da ética evolucionista se mostra problemática em sua fundamentação científica. Consideramos este ponto como a terceira crítica de Ruse. A forma como os teóricos “clássicos” compreendem o processo evolutivo é equivocada. A seleção natural não comporta uma visão teleológica das coisas: “[...] a própria essência do darwinismo é que a evolução não está indo para lugar nenhum.” (RUSE, 1988, p.77, tradução nossa). Ou seja, tomar que a evolução está em progresso moral é algo completamente incompatível com a teoria da seleção natural. A visão de que a evolução possui um fim progressivo é um resquício de uma visão cristã de mundo, que não deve ser incorporada na ciência.

Por fim, consideramos que a última crítica de Ruse à visão “clássica” da ética evolucionista são os dois desafios filosóficos para visões naturalistas em ética: a *falácia naturalista* e a *lei de Hume*. Em linhas gerais, este tipo de desafio busca estabelecer uma barreira lógica entre o âmbito do ser, e o âmbito do dever ser. Não é possível realizar qualquer tipo de movimento de justificação ou dedução do âmbito do ser para o âmbito do dever ser. Logo, não é possível fundamentar prescrições morais do que deve ser feito, a partir de considerações científicas factuais acerca do que é. No caso específico da ética evolucionista “analógica”, não é possível identificar aquilo que é moralmente bom com a conduta mais “evoluída”.

Após sistematizarmos as principais críticas direcionadas à visão “clássica” da ética evolucionista, é necessário analisar se a reformulação da ética evolucionista de Michael Ruse consegue solucionar tais problemas. Logo, para reinstaurar a ética evolucionista no debate filosófico contemporâneo, Ruse precisa garantir 4 pontos: 1) a reformulação não gera “cretinos” em ética; 2) a reformulação não conflita com o senso comum; 3) a reformulação não está baseada em uma visão cientificamente errada; 4) a reformulação não cai na falácia naturalista e na lei de Hume.

Um dos primeiros passos para resolver os problemas da visão “clássica” da ética evolucionista é considerar que a evolução não deve ser usada para prescrever. Na reformulação de Ruse, a ética deve ser considerada de uma perspectiva descritiva, e não mais prescritiva, como tradicionalmente feito na filosofia. Ruse considera que a moralidade foi causada pela seleção natural, sendo plenamente explicada pela biologia. Em outras palavras, “A moralidade não tem nenhuma função ou *status a menos*, ou função ou *status a mais*, do que qualquer outra adaptação biológica.” (RUSE, 1988, p.74). A visão evolucionista correta seria a que busca analisar as origens e o desenvolvimento do comportamento moral humano, descrevendo propriamente e fazendo justiça a como as coisas são efetivamente na realidade, e não como algum idealista gostaria que elas fossem.

Se o comportamento moral humano for mostrado compatível com a teoria da seleção natural, Ruse terá resolvido os três primeiros problemas lançados para a visão “clássica”. Pois, Ruse esclarecerá como a sua reformulação não recai no problema de gerar possíveis “cretinos” em ética, não conflita com a visão moral do senso comum, e nem é cientificamente incorreta. Contudo, isto parece

problemático em um primeiro momento, pois a evolução parece intuitivamente favorecer organismos egoístas e imorais frente a organismos altruístas e morais.

Porém, ao invés do que é pensado em uma concepção apressada do processo de seleção natural, organismos altruístas parecem ser favorecidos em prol de organismos egoístas. A implicação de que a seleção natural selecionaria organismos egoístas ocorre por uma má compreensão do processo evolutivo. Embora o processo comece com uma competição devido aos recursos limitados, posteriormente necessita maximizar o benefício do grupo a partir da cooperação entre os membros. Para que consigamos agir de maneira biologicamente altruísta uns com os outros, a seleção natural nos proporcionou sentimentos e inclinações acerca do que devemos ou não devemos fazer moralmente. Em outras palavras, “[...] para nos tornar altruístas no sentido biológico, a biologia nos fez altruístas no sentido moral e literal.” (RUSE, 1995, p. 238, tradução nossa).

Com esta hipótese, Ruse consegue resolver todos os desafios que minaram a ética “clássica”. Primeiramente, Ruse é capaz de explicar como a sua ética evolucionista reformulada não conflita com a nossa melhor ciência, dado que o ponto de partida da explicação de Ruse é a biologia contemporânea. Além disso, Ruse consegue resolver também o problema da evolução gerar possíveis “cretinos” em ética, já que sua teoria aponta exatamente o oposto. A evolução gerou seres altruístas no sentido real, para atingir o altruísmo no sentido biológico cooperativo. Logo, não faria sentido algum na teoria de Ruse a visão de que a evolução gerou seres humanos egoístas.

Por fim, a hipótese de Ruse não conflita com as intuições morais do senso comum, pelo contrário. A visão evolucionista não se compromete com nenhum tipo de princípio moral específico, comportando todas as principais teorias morais (seja a visão utilitarista, kantiana, cristã, etc.). E, diferentemente do que pode ser pensado pelos teóricos morais, esta é uma grande vantagem da ética evolucionista reformulada. Pois, no senso comum, frente a diversidade das situações onde ações morais são necessárias, é impossível que um indivíduo aja de maneira totalmente kantiana ou totalmente utilitarista, por exemplo. O ponto do evolucionista é que a seleção natural nos moldou com a capacidade de agir e pensar moralmente, independentemente de quais sejam esses princípios.

A última crítica possível à visão “clássica” está no âmbito da metaética, e não da ética normativa. No âmbito da metaética, Ruse desenvolve uma teoria de viés darwiniano que não recai no problema da falácia naturalista ou da lei de Hume. Pois, o ponto de Ruse é justamente mostrar que a evolução é a causa principal para a distinção genuína entre aquilo que é (factual) e aquilo que deve ser (moral). Em outras palavras, “As falácias ocorrem quando se tenta deduzir reivindicações morais de reivindicações factuais.” (RUSE, 1986, p.326). Na metaética darwiniana, não há qualquer tentativa de justificar ou fundamentar a moralidade a partir da seleção natural.

O ponto é apenas explicar, não ultrapassando a barreira da lei de Hume, mas contornando-a, que a partir da seleção natural as afirmações morais ganham a sua aparência de objetividade ou de senso de obrigação ou dever. A ciência possui consequências para o âmbito da fundamentação da moralidade, sem efetivamente fundamentá-la: na verdade, a ciência mostra que a moralidade não possui a fundamentação objetiva pensada pelos filósofos. A origem da moralidade está totalmente conectada ao processo biológico dos seres humanos, não sendo algo objetivo à parte destes processos. Contudo, isto não implica na eliminação da barreira entre ser/dever ser. Para Ruse, a lei de Hume deve ser mantida por também estar coadunando com a ciência: o âmbito do ser, de qualquer proposição

factual, é totalmente diferente do âmbito do dever ser, de qualquer proposição moral. E, justamente, a seleção natural é a responsável por ter criado esta “barreira”!

2. METODOLOGIA

A pesquisa em questão foi realizada a partir de uma combinação da metodologia tradicional em filosofia, composta da análise e escrutínio conceitual, com a metodologia naturalista, especialmente do naturalismo evolucionista, composta da integração de perspectivas científicas oferecendo respostas a questões genuinamente filosóficas. No ponto de avaliação da teoria de Ruse, inicialmente foi realizada uma investigação científica no intuito de comparar as bases biológicas da ética “clássica” e da reformulação de Ruse. Após, foi realizada uma investigação filosófica no intuito de “testar” se a ética de Ruse é capaz de superar desafios tradicionalmente filosóficos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dado a amplitude da discussão, o presente trabalho se encontra ainda em desenvolvimento. Embora o objetivo primário do trabalho tenha sido concluído, a saber, estabelecer a reformulação da ética evolucionista “clássica” realizada por Ruse, ainda restam outras questões em aberto. Primeiramente, é necessário investigar se a proposta de ética descritiva de Ruse pode realmente substituir a tradicional ética normativa. Pois, Ruse necessita oferecer maiores explicações para realizar tamanha modificação na tradição filosófica. Por fim, é necessário investigar a metaética darwiniana proposta por Ruse, buscando inicialmente qualificar qual tipo de teoria está sendo proposta, para após posicionar Ruse no debate metaético contemporâneo, testando a força teórica de sua metaética darwiniana.

4. CONCLUSÕES

A inovação presente no trabalho é o estabelecimento de uma reformulação da ética evolucionista. Em um primeiro momento, a primeira inovação é a sistematização das críticas lançadas à visão “clássica” da ética evolucionista, que funcionam como um “guia” para uma reformulação eficiente deste tipo de posição. Após, a inovação do presente trabalho é evidenciar como a reformulação da ética evolucionista de Ruse é uma posição teórica sólida, passando por todas as críticas que inviabilizaram a posição “clássica”. Logo, o trabalho em questão mostrou como a teoria de Michael Ruse é capaz de oferecer uma posição naturalista sólida e promissora no debate ético e metaético contemporâneo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RUSE, M. **Levando Darwin a sério**. Tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986.
- _____. **Sociobiologia: senso ou contrassenso?**. Tradução Cláudia Reis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1983.
- _____. **Philosophy of Biology Today**. New York: State University of New York Press, 1988.
- _____. **Evolutionary Naturalism**. New York: Routledge, 1995